



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
05 DE FEVEREIRO DE 2019

N.º 03/2019

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.
Urbano Salgueiro Vidal e Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles. -

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:30 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões dos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

	Pág.
I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	
1 – Declarações e Requerimento apresentados pelo Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles.....	4
 II – ORDEM DO DIA	
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Normas de Procedimento e Participação no Orçamento Participativo do Município de Santa Marta de Penaguião.....	6
2 – Proposta de Alteração ao Regimento da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião	8
3 – Assembleia Municipal – Sessão Extraordinária realizada no dia 25 de janeiro de 2019.....	9
 DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
4 – Delegação de Competências – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado.....	9
5 – Comparticipação financeira – Fundação Luís Vicente – Ratificação de deliberação.....	10
 Serviços de Tesouraria	
6 – Resumo dos Fluxos de Caixa de 11 a 31 de janeiro de 2019.....	11
 DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
7 – Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência.....	12
8 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro – Requerente: José Joaquim Fonseca Catarina – Freguesia da Cumieira.....	13



**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA,
DESPORTO, AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviços da Cultura

- 9 – X Edição Noite de Fados e XI Edição dos Fins-de-Semana Gastronómicos - Autorização de Despesa..... 15

Serviços do Desporto

- 10 – Associação Regional de Natação do Nordeste – Assessoria Técnica – Piscina Municipal..... 16

Serviço da Ação Social

- 11 – Projeto “Missão País” – Autorização da Despesa..... 17

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 12 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião 18



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

**Declarações e Requerimento apresentados
pelo Senhor Vereador do PPD/PSD,
Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles**

----- 1 – O Senhor Vereador do PPD/PSD, Arq.º Daniel Joaquim Andrade Teles, apresentou as seguintes declarações: -----

----- **1 – “DECLARAÇÃO** -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), nos termos do Estatuto do Direito de Oposição e ao Regimento da Câmara Municipal, em vigor, vem questionar e declarar o seguinte: -----

----- **1. Falta de iluminação na Rua dos Combatentes** -----

----- Há vários anos que a Rua do Combatentes se mantém sem iluminação pública. Tratando-se da principal via de atravessamento da Vila Sede do Concelho questiono o Senhor Presidente da Câmara: qual o motivo para que tal situação esteja a acontecer? E se já diligenciou os contactos necessários para a sua resolução? -----

----- **2. Perda de competências da Conservatória do Registo Predial** -----

----- Tendo conhecimento da redução das competências da Conservatória do Registo Predial, que passará apenas a funcionar como balcão de atendimento. Questiono o Senhor Presidente da Câmara Municipal: se tem conhecimento deste facto? Para quando está previsto tal mudança de paradigma? E que diligências foram, entretanto, realizadas para inverter esta situação? -----

----- **3. Encerramento da Estação de correios na sede do concelho** -----

----- Estando previsto o encerramento do Posto dos Correios na Vila Sede do concelho. Questiono o Senhor Presidente da Câmara: se tem conhecimento deste encerramento? Se existe uma data conhecida para o encerramento? E que diligências foram realizadas para inverter tal desiderato? -----

----- **4. Limpeza das ruas da Vila Sede do Concelho** -----

----- Temos conhecimento que está para breve o término de contratos protocolares com o IEFP implicará uma diminuição de trabalhadores na limpeza das ruas, como pensa sanar este problema? -----

----- **DECLARAÇÃO** -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 03 de 05 de fevereiro de 2019



----- Daniel Joaquim Andrade Teles, na qualidade de vereador desta Câmara Municipal, após ter conhecimento da proposta do Governo para o Programa Nacional de Investimentos para a próxima década (2020-2030), verifiquei que a Região do Douro, e consequentemente o concelho de Santa Marta de Penaguião, ficará privada a médio prazo de **investimentos estruturantes**. -----

----- Contrariando tudo o que se tem ventilado nos últimos anos em Portugal, acerca da necessidade de mais e melhores investimentos nos territórios de Baixa Densidade, nos quais nos inserimos, não podia deixar de manifestar aqui o meu **voto de protesto**, porque está em causa o **futuro da Região** e das **futuras gerações**. Não existindo uma real e séria preocupação com estes Territórios, tornar-nos-emos cada vez mais uma **terra sem pessoas** e cada vez **menos concelho**. -----

----- O Partido Social Democrata de Santa Marta de Penaguião, concorda com a tomada de posição unânime da CIMDOURO, que considerou que o Programa Nacional de Investimento 2030 apresentado pelo Governo, "*é manifestamente contra o interior de Portugal e uma desconsideração ao Douro*". Tendo, por isso, aprovado uma moção, a remeter à Assembleia da República, exigindo a **reprogramação do PNI2030**, de modo que a nossa Região e consequentemente o concelho de Santa Marta de Penaguião, não fiquem **voltados ao esquecimento** e que possam voltar a ter esperança no futuro. -----

----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 05 de fevereiro de 2019. -----

----- O Vereador, Daniel Joaquim Andrade Teles. -----

----- Ass: Daniel Teles." -----

----- **2 – "REQUERIMENTO** -----

----- Daniel Joaquim Andrade Teles, vereador da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, eleito pelo Partido Social Democrata (PPD/PSD), nos termos do Estatuto do Direito de Oposição (Lei 24/98, de 26 de maio) e Regimento da Câmara Municipal, em vigor, vem requerer, por escrito, a V.^a Exa. o seguinte: -----

----- Considerando que o acompanhamento e cabal conhecimento da realidade do exercício da gestão municipal, é um dever dos membros dos executivos municipais, torna-se necessário e imperioso, que todos os meses, possamos analisar e discutir o mapa de execução orçamental. Para dar cumprimento a tal desiderato, venho requerer a V. ^a Ex^a. o mapa de execução orçamental relativo ao mês de janeiro de 2019, e cujo procedimento, da entrega dos mapas de execução orçamental mensal, seja replicado todos os meses até ao final do presente mandato autárquico. –

----- Pede deferimento, -----



----- Paços do Concelho e Santa Marta de Penaguião, 05 de fevereiro de 2019. -----
----- O Vereador, Daniel Joaquim Andrade Teles. -----
----- Ass: Daniel Teles." -----

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Normas de Procedimento e Participação no Orçamento Participativo do Município de Santa Marta de Penaguião

----- 1 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----
----- “Considerando que o Orçamento Participativo é um instrumento de participação dos cidadãos nas democracias ocidentais modernas, sociedades com estruturas de governação que integram os cidadãos nos seus processos decisórios e prestam contas da sua atividade, contribuindo decisivamente para adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas; -----
----- Considerando que o Orçamento Participativo deve ser um processo dinâmico, que permita acolher as expectativas dos cidadãos no processo de tomada de decisão, bem como adequar a metodologia utilizada às características e necessidades da população do concelho de Santa Marta de Penaguião; -----
----- Considerando que o objetivo primordial de transparência do Município se prende, em última análise, com uma intervenção dos munícipes mais ativa, informada e sustentada num pilar de confiança na Administração Local; -----
----- Considerando que, por deliberação da Câmara Municipal, em reunião ordinária realizada em 4 de setembro de 2018 foi levada à aprovação do órgão deliberativo e por deliberação da Assembleia Municipal, em reunião ordinária realizada em 28 de setembro de 2018, foi aprovado o Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Santa Marta de Penaguião; -----
----- Considerando que, uma vez concluída aquela fase, se deve agora fixar a dotação orçamental para vigorar nesta I edição do Orçamento Participativo; as regras de participação e votação das



propostas e a respetiva análise técnica, bem como a criação da Comissão Técnica de avaliação das propostas, e as quatro áreas sobre as quais será possível apresentar projetos; -----

----- Considerando que a Comissão Técnica é composta, ao abrigo do nº 2 do artigo 7º do Regulamento do Orçamento Participativo do Município, pelo Presidente da Câmara, por um Técnico Municipal de cada área afeta ao orçamento participativo e por um elemento de cada partido com representatividade na Assembleia Municipal, importa designar os técnicos que integrarão a respetiva Comissão de avaliação; -----

----- Concluídos que estão todos os formalismos legais, faltando apenas proceder à aprovação das normas que regulem o procedimento e a participação no Orçamento Participativo, bem como as respetivas implicações, uma vez que se procederá ao respetivo procedimento de implementação durante o ano de 2019, por forma a incluir-se o projeto vencedor no Plano Plurianual para 2020, submete-se ao Executivo Municipal a presente proposta, no sentido de deliberar: -----

- a) Aprovar as normas de procedimento e participação no Orçamento Participativo do Município; -----
- b) Aprovar o montante correspondente à dotação orçamental; -----
- c) Aprovar as quatro áreas sobre as quais será possível apresentar projetos; -----
- d) Designar os técnicos municipais de cada área previamente aprovada, que integrarão a Comissão Técnica de avaliação dos projetos, nos termos do nº 2 do artigo 7º do respetivo Regulamento do Orçamento Participativo do Município; -----
- e) Que, em caso de aprovação, pelo órgão Executivo, das Normas de Procedimento e Participação do Orçamento Participativo do Município de Santa Marta de Penaguião, bem, como do montante relativo à dotação orçamental, as áreas a integrar e os membros da Comissão Técnica, deverá proceder-se à sua divulgação por meio de edital a afixar no Edifício dos Paços do Concelho, nos lugares públicos e no sítio da Internet do Município."

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade:** -----

- a) – Aprovar as normas de procedimento e participação no Orçamento Participativo do Município; -----**
- b) – O montante de 25.000,00€ (vinte e cinco mil euros) correspondente à dotação orçamental; -----**
- c) – As áreas sobre as quais incidirão a apresentação de propostas, bem**



como designar os técnicos a integrar a Comissão Técnica de análise
conforme segue: -----

Área afeta ao Orçamento Participativo	Técnico a integrar a Comissão Técnica
Turismo	Paulo Alexandre Correia Silva
Inovação	Daniel Filipe Matos dos Santos
Educação	Gina Maria Almeida Martinho
Juventude	Cátia Cristina Pinto Guedes

**Proposta de Alteração ao Regimento da Câmara
Municipal de Santa Marta de Penaguião**

----- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que importa alterar o horário em que decorrem as sessões das reuniões do Executivo Municipal; -----

----- Considerando que importa atualizar, de acordo com a legislação em vigor e a praxis que tem vindo a instalar-se no decorrer das reuniões do Executivo, algumas normas regimentares, nomeadamente no que toca à intervenção do público; -----

----- Considerando que o Regimento da Câmara Municipal deve manter um texto o mais fiel possível às exigências e necessidades que se fazem sentir no decorrer das reuniões deste órgão executivo; -----

----- Atendendo aos fundamentos evocados, submete-se à consideração do Executivo Municipal, no sentido de deliberar aprovar: -----

----- a) A Alteração ao Regimento da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, nos termos do disposto na alínea a), do artigo 39º da Lei 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- b) Que, em caso de aprovação pelo órgão Executivo, deverá proceder-se à sua divulgação por meio de edital a afixar no Edifício dos Paços do Concelho, nos lugares públicos e no sítio da Internet do Município.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, a alteração ao Regimento da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, nos termos propostos.** -----



**Assembleia Municipal – Sessão Extraordinária realizada no
dia 25 de janeiro de 2019**

----- 3 – Presente à reunião as deliberações da sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada no dia 25 de janeiro de 2019: -----

----- “PERÍODO DA “ORDEM DO DIA” -----

----- Ponto 1.1 - Deliberar sobre a proposta de Transferência de Competências – Lei-Quadro n.º 50/2018 de 16 de agosto (alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 16 de janeiro de 2019); - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 1.2 - Deliberar sobre a proposta de alteração ao Regulamento do Orçamento Participativo do Município de Santa Marta de Penaguião (alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 16 de janeiro de 2019) - Aprovado, por unanimidade. -----

----- Ponto 1.3 - Deliberar sobre formas de apoio à freguesia de Fontes - Pavilhão Multiusos de Fontes e aprovar a minuta do contrato interadministrativo a celebrar (alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro - Deliberação da Câmara Municipal de 16 de janeiro de 2019) - Aprovado, por maioria.” -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências - Informação do Senhor
Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado**

----- 4 – Presente à reunião informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 03 de 05 de fevereiro de 2019



----- “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma, no mês de janeiro de 2019.” -----

----- Alterações Orçamentais efetuadas no período de 09 a 29 de janeiro de 2019. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

Comparticipação financeira – Fundação Luís Vicente

– Ratificação de deliberação

----- 5 – Presente à reunião informação do Chefe da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “A Câmara Municipal na reunião realizadas no dia 6 de Dezembro de 2016 deliberou atribuir à Fundação Luís Vicente, com as instalações sediadas na Rua de S. Gonçalo, em S. João de Lobrigos, da União das Freguesias de Lobrigos (São Miguel e São João Baptista) e Sanhoane, uma participação financeira no montante de 34.200,00€ para aquisição de quarenta camas articuladas, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis. -----

----- Conforme acordado com a Direção daquela Instituição ficou estabelecido que o pagamento daquela importância seria efetivada em seis prestações mensais seguidas no valor de 5.700,00€ cada com início no mês de Janeiro de 2018, sendo que apenas foram pagas duas dessas prestações no montante de 11.400,00€, ficando por pagar as restantes quatro prestações no valor de 22.800,00€, devido à insuficiência da dotação da respetiva rubrica da classificação orçamental da despesa, assim como pela impossibilidade de se proceder às modificações, mediante alteração, dos documentos previsionais do orçamento e plano de atividades municipal (atividades mais relevantes), por inexistência de saldos de outros projetos/ação que servissem de contrapartida no seu reforço. -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 03 de 05 de fevereiro de 2019



----- Assim, face ao referido propõe-se que, caso mereça a concordância de V.Ex.^a, o assunto seja agendado para a próxima reunião da Câmara Municipal, no sentido de esta deliberar: -----

- a) Ratificar a deliberação tomada na reunião realizada no dia 6 de Dezembro de 2016, sendo que a despesa no montante de 22.800,00€ se encontra cabimentada na respetiva rubrica orçamental da despesa, conforme declaração emitida pelos Serviços de Contabilidade anexa à presente informação e que dela faz parte integrante; -----
- b) Que o pagamento da comparticipação seja efetuado em seis prestações mensais, com início no mês de Fevereiro, no valor de 3.800,00€ cada." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, ratificar a deliberação do Executivo Municipal, nos termos da informação dos Serviços.** -----

Serviços Tesouraria

Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 11 a

31 de janeiro de 2019

----- 6 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 11 a 31 de janeiro de 2019, o qual apresenta os seguintes valores: -----

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				Data:	31/01/2019
Recebimentos			Pagamentos		
Saldo do dia anterior:		161 040,49	Despesas Orçamentais		621 258,27
Execução orçamental	60 700,75		Correntes	518 162,32	
Operações de tesouraria	100 339,74		Capital	103 095,95	
Receitas Orçamentais	638 274,14	698 409,14	Operações de tesouraria		34 960,96
Correntes	60 135,00		Saldo para o dia seguinte:		240 504,71
Capital			Execução orçamental	137 851,62	
Operações de tesouraria		37 274,31	Operações de tesouraria	102 653,09	
Total		896 723,94	Total		896 723,94

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA

Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – Exercício do Direito de Preferência

----- 7 – Presente à reunião informação da Chefe de Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I - ENQUADRAMENTO NA LEI -----

----- Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 55.º do Código do Imposto Municipal sobre Transmissões (IMT), aprovado pelo Decreto-lei n.º 287/2003, de 12 Novembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 211/2005, de 7 de Dezembro a Direcção-Geral dos Impostos disponibiliza, por via eletrónica, à câmara municipal da área da situação do imóvel a informação relativa às escrituras lavradas no mês anterior. -----

----- Neste contexto, os serviços técnicos procederam à consulta on-line ao modelo 1 disponível no site da Direcção Geral de Finanças referente ao mês de dezembro, de 2018. -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 55º do supracitado Código, sob a epígrafe “*Direito de preferência de organismos públicos*”, pode ler-se “se, por indicação inexata do preço, ou simulação deste, o imposto tiver sido liquidado por valor inferior ao devido, o Estado, as autarquias locais e demais pessoas colectivas de direito público, representados pelo Ministério Público, poderão preferir na venda, desde que assim o requeiram perante os tribunais comuns e provem que o valor por que o IMT deveria ter sido liquidado excede em 30% ou em (euro) 5000, pelo menos, o valor sobre que incidiu”. -----

----- II - ANÁLISE DOS VALORES DE VENDAS E DO VALOR DE LIQUIDAÇÃO DO IMT -----

----- Da análise dos valores de venda declarados dos bens no espaço temporal em questão constatamos que os referentes aos prédios rústicos são extremamente baixos. -----

----- III - PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que atualmente a Câmara Municipal não tem programado estudos urbanísticos prévios para as áreas em que se localizam os inúmeros imóveis que constam da relação anexa nem dispõem de projetos de obras municipais aprovados ou em fase de elaboração, estes



Serviços Técnicos são de entendimento que, a Câmara Municipal não deverá exercer o direito de preferência dos prédios que constam dos documentos anexos." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, não exercer o direito de preferência.** -----

**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo
54.º da Lei n.º 91/95, de 23 de setembro – Requerente: António
Filipe Lopes Peixoto – Freguesia de Sever**

----- 8 – Presente à reunião requerimento do Senhor António Filipe Lopes Peixoto, na qualidade de proprietário, a solicitar a emissão de parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação, para efeitos de celebração de uma escritura de doação de um prédio. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos -----

----- INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, na qualidade de proprietário o Sr. António Filipe Lopes Peixoto, solicitou o parecer nos termos do n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura de compra e venda, do prédio que passo a descrever: -----

----- Prédio rústico, situado em Sever, com a área de 750 m², inscrito na matriz predial sob o artigo 274-B, da Freguesia de Sever, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 725. -----

----- PARECER -----

----- Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe "Medidas Preventivas", "a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios". -----



---- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

---- Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

---- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pela interessada e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, cujos, extratos se encontram anexos, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
274-B	PDM	O prédio rústico insere-se em Espaços Predominantemente Habitacionais de Nível III

---- Especificidades do pedido -----

---- De acordo com o pedido em questão, pretende o interessado alienar na proporção de 1/2 indiviso do citado prédio a cada um dos seguintes: Sr. Rui Miguel Pinto Martins e Sr.^a Vera Lúcia Pereira Guedes. -----

---- PROPOSTA DE DECISÃO -----

---- Considerando que, o pedido tem em vista a celebração de uma escritura pública de compra e venda visando a constituição de compropriedade no artigo 274-B, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

---- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição de compropriedade requerida. -----

---- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico.” -----

---- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, de acordo com a informação dos Serviços Técnicos.** -----

**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO,
AÇÃO SOCIAL E TURISMO
Serviço da Cultura**

**X Edição Noite de Fados e XI Edição dos Fins-de-Semana
Gastronómicos - Autorização de Despesa**

----- 9 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “SANTA MARTA aposta na tradição e a X edição da Noite de Fados prova isso mesmo. -----

----- No dia 23 de Fevereiro os Penaguienses terão a oportunidade de reviver o Fado Português na sua essência histórica e performativa, abrindo mais uma vez as portas às vozes amadoras que se queiram expressar através do fado, nunca esquecendo a presença já habitual do Grupo Terras de Penaguião. -----


----- Para além deste evento, o Município de Santa Marta de Penaguião, em parceria com a Entidade Portuguesa Turismo Porto e Norte, faz-se representar na XI edição dos Fins-de-semana Gastronómicos com a arte de bem receber que nos é intrínseca, aliada ao bom vinho e à boa comida. -----

----- Considerando a participação do Grupo “Terras de Penaguião”, do guitarrista e fadista, as deslocações, refeições, aluguer e som, entrega de lembranças, divulgação e promoção do evento que será realizado em parceria com a Turismo Porto e Norte (ERTPNP). -----

----- Propõe-se ao Executivo Municipal que delibere autorizar a realização de despesas até ao montante de 1.500,00€.” -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 210, anexa à presente ata. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar a realização da despesa até ao montante de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), sendo 750,00€ (setecentos e cinquenta euros) a transferir para o Grupo Regional “Terras de Penaguião”. -----**



Serviço do Desporto

Associação Regional de Natação do Nordeste

– Assessoria Técnica – Piscina Municipal

----- 10 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.^a Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Considerando que a prática de atividades físicas e desportivas, nomeadamente as atividades aquáticas, são perspetivadas como um elemento fundamental de educação, cultura e vida social do cidadão, independentemente da idade, sexo, condição social, religião e habilitações académicas. -----

----- Considerando que a prática da natação é indispensável ao funcionamento harmonioso da sociedade e constitui um importante fator de equilíbrio e bem-estar dos cidadãos e o consequente desenvolvimento desportivo do Concelho, em termos de mais-valias. -----

----- Atendendo a que esse fator obriga todos os agentes envolvidos no fenómeno desportivo e na área da formação, a esforços de otimização e eficácia permanentes, dos meios e formas da atividade física. -----

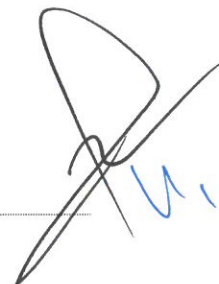
----- Assumindo que o aproveitamento integral de tais esforços radica na conjugação das funções e no clima de confiança recíproca entre as instituições que organizam, promovem e apoiam as atividades desportivas e, no seguimento do trabalho desenvolvido com a equipa de natação de competição e dos excelentes resultados obtidos em competições, proponho a renovação do protocolo em anexo.” -----

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 199, anexa à presente ata. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade:** -----

1 – Autorizar a despesa no montante de 4.400,00€ (quatro mil e quatrocentos euros); -----

2 – A minuta do protocolo a celebrar entre o Município e a Associação Regional de Natação do Nordeste. -----



Serviço da Ação Social

Projeto “Missão País”

– Autorização da Despesa

----- 11 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “A Missão País é um projeto criado por jovens universitários, que se desenvolve, anualmente, desde 2003, em várias faculdades e consequentemente em várias localidades do país. O Projeto tem uma vertente social e contará com diversos voluntários que irão dinamizar várias atividades direcionadas para as crianças; pessoas com deficiência ou incapacidade; idosos isolados ou em risco e os utentes inseridos nas valências das Instituições Particulares de Solidariedade Social do concelho de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Como é apanágio deste Município nada ficará ao caso, a felicidade de cada Penaguiense continua e continuará a ser a nossa grande prioridade. Desta forma, e para que ninguém fique para trás, serão distribuídos por todas as freguesias, desde o dia 9 a 17 de Fevereiro, várias equipas de voluntários de forma a fazerem visitas à comunidade em geral mas de uma forma muito especial aos nossos idosos, às crianças e a todas as pessoas que de uma forma ou de outra estejam a passar por dificuldades. -----

----- O Projeto Missão País para além da parceria com o Município de Santa Marta de Penaguião contará com o apoio das IPSS's, grupos de jovens, Contrato Local de Desenvolvimento Social 3 G, Juntas de Freguesia e do corpo nacional de escutas de Fontes. -----

----- Para além desta vertente social, o projeto inclui, ainda, a vertente católica, visto que tem como princípio levar os valores cristãos às localidades por onde passam, através do testemunho da fé, serviço e caridade. -----

----- Face ao exposto e considerando que será necessário assegurar algumas despesas inerentes com o projeto Missão País, propõe-se ao Executivo Municipal que aprove a despesa até ao valor de 2.500,00 Euros.” -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 03 de 05 de fevereiro de 2019

----- Os serviços de contabilidade informaram que a despesa tem cabimento orçamental registado sob o n.º 119, anexa à presente ata. -----

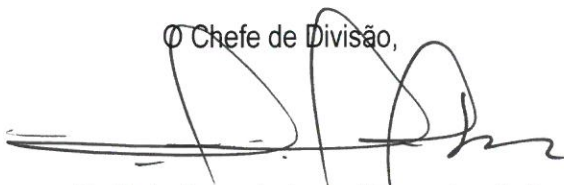
----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, autorizar a realização da despesa até ao montante de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), nos termos da proposta. -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 12 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 11:00 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira, Dr.)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)